

Senado aprova novo CPC, que dará mais agilidade à Justiça

Debatida com juristas e a sociedade, proposta que moderniza o Código de Processo Civil passa pelo Plenário e é enviada para discussão na Câmara

O Plenário do Senado aprovou ontem, após três sessões extraordinárias de votação, o projeto que moderniza o Código de Processo Civil (CPC). O relator Valter Pereira destacou as virtudes da proposta, que nasceu de uma comissão de juristas e foi amplamente de-

batida pela sociedade e pelos setores diretamente ligados à Justiça. Cinco alterações para aperfeiçoar o texto, propostas pelo relator, foram confirmadas pelo Plenário. Acordo entre líderes dispensou os prazos regimentais. O próximo passo é a discussão pela Câmara. **3**



Valter Pereira (E) comemora aprovação ao lado do ministro Luiz Fux (C) e dos senadores Delcídio Amaral e Acir Gurgacz (D)

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Presidente Sarney reuniu-se com os integrantes da comissão de juristas que vai estudar a atualização do código

Jonas Pereira/Senado Federal

Reforma do Código do Consumidor sai em 6 meses

Dentro de seis meses, o Senado deve apresentar um projeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor. A comissão de juristas incumbida do trabalho foi instalada ontem pelo presidente José Sarney. Superendividamento e comércio eletrônico serão dois dos temas centrais. **2**

Aprovada MP que capitalizou a Petrobras **3**

Modelo muito magra pode ser banida **4**

Salário maior para ministro e parlamentar **3**

Tombini é confirmado como novo presidente do BC **6**

Senadores aprovam projeto que assegura Bolsa Família a pobres com câncer ou Aids

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto do senador Paulo Paim que assegura a Bolsa Família para os pobres vítimas de câncer, Aids e outras doenças crônicas. **5**

Paulo Paim, que presidiu a reunião de ontem da CAS, é autor do projeto que amplia abrangência do programa

José Cruz/Senado Federal



Acompanhe o @jornaldosenado pelo Twitter e fique por dentro do que acontece no Senado.



Grupo de juristas foi encarregado de elaborar anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor, que completou 20 anos. Sucesso da legislação justifica aperfeiçoamento, sempre para ampliar direitos, diz José Sarney

Superendividamento e internet serão principais temas na atualização do CDC

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, instalou ontem comissão de juristas encarregada de preparar um anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). De acordo com o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, que presidirá os trabalhos, o superendividamento e o comércio eletrônico serão os dois principais temas.

– O principal objetivo da comissão é atualizar o código, vale dizer, manter todos os direitos que estão lá previstos e tratar de matérias que na época não receberam atenção suficiente, ou porque o tema não estava maduro, ou porque a tecnologia não existia – afirmou o ministro.

Além de Benjamin, a comissão terá como relatora a professora Cláudia Lima Marques. Também vão integrar o grupo os juristas Ada Pellegrini Grinover, Leonardo Roscoe Bessa e Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer.

A comissão tem seis meses para apresentar sua proposta ao Senado e as audiências públicas devem ser realizadas na fase final das discussões.

Para Benjamin, o tema do superendividamento necessita de um tratamento mais específico, já que o Brasil incorporou nos últimos anos quase 50 milhões de consumidores, “brasileiros que antes não tinham possibili-



Ada Pellegrini (E), Roberto Pfeiffer, Cláudia Marques e Herman Benjamin integram grupo de trabalho instituído por Sarney

dade de fazer uso do crédito”.

– A ideia é, sobretudo, fortalecer o crédito responsável. O ministro garantiu que todos os setores relacionados ao consumo serão ouvidos. Os dois principais temas a serem trabalhados “não são fáceis”, admitiu, uma vez que o setor creditício é “um universo que envolve inúmeras questões, de toda ordem”, e o comércio eletrônico se relaciona com questões de tecnologia.

Maior proteção

Para José Sarney, “o sucesso do CDC é razão para inspirar um permanente esforço de aperfei-

çoamento legislativo, sempre no sentido de fazer avançar e de ampliar os direitos do consumidor, jamais de retroceder na quantidade, qualidade ou graus dos que já lhe são assegurados presentemente”.

O presidente do Senado apontou ainda a necessidade de aumentar a proteção jurídica ao consumidor. Ele lembrou ter procurado esse objetivo com a criação, em 1985, durante seu governo, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e a sanção da Lei da Ação Civil Pública. Cinco anos depois, disse, surgiu o CDC.

– Um documento ético-po-

lítico, de afirmação da figura do consumidor nas relações de mercado, não apenas como sujeito a merecer atenção mercadológica, mas, sobretudo, como titular de direitos, agora legalmente reconhecidos sob o guarda-chuva da dignidade da pessoa humana e da função social do contrato – disse.

Passados 20 anos, com a dinâmica tecnológica do século 21, continuou Sarney, tornou-se necessária a atualização, em especial nas áreas do comércio eletrônico, do crédito ao consumo e do superendividamento, que acabaram por não receber tratamento adequado em 1990.

Cerimônia de balanço do governo Lula

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, no salão nobre do Palácio do Planalto, da cerimônia de balanço dos oito anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003. Os atos do atual governo foram distribuídos em seis livros, divididos por eixos temáticos que serão registrados em cartório. Também participaram da solenidade ministros dos dois mandatos do presidente da República, além de representantes da sociedade civil.

Em tom de despedida durante o evento, o presidente da República fez uma síntese de seu governo. Lula também exaltou o período democrático vivido pelo Brasil.

– Há plena harmonia e independência entre os Poderes – assinalou.

O objetivo do Balanço do Governo 2003-2010, de acordo com o presidente Lula, é comparar as medidas previstas no programa de governo com os compromissos assumidos ao longo dos dois mandatos.

Segundo o presidente, essa “prestação de contas” permitirá à sociedade brasileira fiscalizar o que foi feito e o que ainda há para se fazer no país.

Anteprojeto do Código Eleitoral sai até abril

O anteprojeto de reforma do Código Eleitoral tem novo prazo para ser entregue ao Senado: abril do ano que vem. Inicialmente, a comissão de juristas – criada em junho para elaborar o texto – deveria apresentá-lo neste final de ano. A prorrogação de 120 dias foi confirmada ontem pelo presidente e pelo relator da comissão, respectivamente José Antonio Dias Toffoli e Carlos Velloso.

Toffoli, 43 anos, é ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e já foi advogado-geral da União. Velloso, 74, já foi

presidente tanto do STF como do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir do anteprojeto, será apresentado um projeto de lei a ser discutido e votado no Congresso Nacional. Como a iniciativa é do Senado, a tramitação do projeto será iniciada nesta Casa.

Velloso afirmou que é importante terminar o texto em abril – e que o projeto daí resultante seja aprovado no ano que vem – para que as novas regras possam ser aplicadas já nas eleições para vereador e prefeito de 2012.

Entre os temas que estão em debate na comissão de juristas, Velloso citou como exemplos a unificação de processos, a fidelidade partidária, o horário eleitoral gratuito e o financiamento de campanhas eleitorais.

Segundo o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, outro membro da comissão, a defesa do financiamento público foi recorrente na etapa de audiências públicas que, encerrada no último dia 6, percorreu Belém, Brasília, Cuiabá, Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Definidos integrantes da Comissão Representativa

O Plenário aprovou ontem os nomes dos senadores que irão integrar a Comissão Representativa do Congresso no recesso de 23 de dezembro de 2010 a 1º de fevereiro de 2011. Ela é formada por oito senadores e 16 deputados. A comissão pode deliberar sobre matérias como projetos de lei da Presidência relativos a créditos adicionais e tratados internacionais que vençam durante o recesso. Os titulares são Demóstenes Torres (DEM-GO), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Sarney (PMDB-AP), Renan Calheiros (PMDB-AL), Eduardo Suplicy (PT-SP), Gim Argello (PTB-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Nery (PSOL-PA). Os suplentes, Adelmir Santana (DEM-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Romero Jucá (PMDB-RR), João Ribeiro (PR-TO), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Mão Santa (PSC-PI).

Arns renuncia para ser vice-governador do PR

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) apresentou ontem à Mesa sua carta de renúncia ao mandato. No dia 1º, ele assume como vice-governador no governo de Beto Richa (PR).

Ele falou da satisfação de ter convivido com os senadores e funcionários e de ter participado ativamente dos debates da Casa. Deixou ainda sua mensagem de Natal: “Humildade que conduz à grandiosidade”, a grande lição do menino Jesus, conforme ressaltou.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que a convivência com Arns foi um privilégio e sua eleição a “coroação de sua luta pelos mais carentes”.

Na mesma sessão, Arns apresentou requerimento de pesar pelo falecimento de membros da equipe de reportagem da LBV em acidente aéreo em Minas Gerais, no último dia 9.

Adiamento

Por razões técnicas, os discursos de senadores proferidos em Plenário após as

19h de ontem serão publicados somente na edição de amanhã.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem a sambistas

14h Hora de expediente dedicada ao centenário de nascimento dos compositores Noel Rosa e Adoniran Barbosa. Na pauta de votações, proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga no patrimônio nacional.

Presidência Comenda da Ordem do Congresso Nacional

11h José Sarney preside solenidade de imposição da Comenda da Ordem do Congresso Nacional a três novos comendatários. Às 12h, recebe o ministro de Assuntos Estratégicos, Samuel Guimarães. Às 16h, preside a sessão plenária.

CPI da Pedofilia Relatório final

9h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia apresenta o relatório final dos seus trabalhos.

CCT Marco legal para a comunicação

9h Debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre novo marco legal para a comunicação, com a presença do ministro da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins.

Concurso Premiação dos fotógrafos vencedores

9h Os vencedores do 2º Concurso de Fotografia do Legislativo Federal, promovido pelo projeto Senado Verde, recebem os prêmios, hoje, no gabinete da Diretoria-Geral.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Senado acolhe reajuste salarial de parlamentares

Os senadores aprovaram ontem o projeto de decreto legislativo (PDS 683/10) que iguala o salário dos parlamentares, dos ministros, do presidente da República e do vice ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), fixado em R\$ 26.723,13. Aprovado de manhã pelos deputados, o texto segue para promulgação.

O novo valor será pago a partir da próxima legislatura, que começa em fevereiro de 2011. A medida não terá impacto sobre o salário dos servidores do Senado. O relator da matéria e líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RO), deu parecer pela aprovação.

A equiparação com os ministros do STF pode não durar muito tempo. Tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei de iniciativa do STF elevando o valor pago aos ministros para R\$ 30.675,48.

Três senadores se manifestaram contra o aumento salarial. O líder do PSOL, José Nery (PA), apresentou voto contrário do partido. Marina Silva (PV-AC) apontou a baixa média salarial do país e defendeu corte de gastos públicos. O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), disse concordar que há defasagem no salário, mas que o aumento só seria plausível se viesse com um corte das verbas de gabinete.

Falta acordo para votar projeto que muda meta fiscal

A falta de acordo político na Comissão Mista de Orçamento (CMO) tornou a impedir a votação do projeto que retira a Eletrobras das metas de superávit primário em 2010 e 2011. Na semana que vem, a comissão tem uma reunião na segunda-feira, duas na terça e duas na quarta.

O presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), explicou que a oposição defende a aprovação de emendas à proposta (PL 86/10). O voto do relator, senador Tião Viana (PT-AC), é pela aprovação da matéria e rejeição das quatro emendas apresentadas.

Duas emendas foram apresentadas pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). A mais defendida pela oposição obriga o Executivo a pedir autorização prévia do Congresso, por meio da CMO, para empenhar recursos abertos por medidas provisórias. As outras duas são do deputado Luiz Carreira (DEM-BA).

Em seu relatório, Tião Viana reconhece que as emendas de Marinho buscam resguardar prerrogativas do Congresso, mas julga que as alterações estão fora do âmbito do projeto em questão. E argumenta que rejeitou as emendas de Luiz Carreira por suprimirem integralmente dois artigos do projeto.

Após três sessões extraordinárias convocadas justamente para acelerar a sua tramitação, proposta de modernização no código é votada pelos senadores com quatro modificações sugeridas pelo relator, Valter Pereira

Plenário aprova e envia à Câmara o novo Código de Processo Civil

O PLENÁRIO APROVOU, na noite de ontem, o projeto de lei que altera o Código de Processo Civil (PLS 166/10). Uma das principais novidades no código, que pretende dar mais agilidade à tramitação dos processos judiciais, é o chamado incidente de resolução de causas repetitivas, que permite a um juiz decidir, numa única sentença, várias demandas em tramitação (veja mais na reportagem abaixo).

Requerimento de lideranças dispensou os intervalos entre as sessões, possibilitando que a votação em turno suplementar fosse realizada ainda ontem. O turno suplementar é necessário para que sejam apresentadas emendas ao texto substitutivo sugerido pelo relator, no intuito de aprimorar o projeto.

O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), fez cinco mudanças no texto, que estava em sua terceira sessão de discussão em turno único. O senador alterou o parágrafo 1º do artigo 592, de forma que, para elaboração de perícia, o juiz seja obrigado a nomear um perito contador. O



Relator do projeto, Valter Pereira defende novamente a importância da modernização para a celeridade da Justiça

texto anterior falava na nomeação preferencial de um perito contabilista.

Outra alteração foi no parágrafo 2º do artigo 202. A modificação reincorporou a atribuição da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de fixar multa para o advogado que retardar a devolução dos autos do processo.

A terceira alteração proposta pelo relator foi no *caput* do artigo 427. Ao citar as testemunhas

do caso, o texto fazia remissão apenas ao artigo 296, que trata das testemunhas apresentadas pelo autor da ação. A alteração acrescentou remissão também ao artigo 325, que menciona o rol de testemunhas do réu. Foi também alterado o inciso VIII do artigo 124, prevendo a possibilidade, já constante da Constituição, de o juiz exercer também o magistério, além da magistratura.

A última alteração foi feita no

parágrafo 1º do artigo 998. Por erro de digitação, foi repetido o que está no *caput* do referido artigo. O parágrafo foi retirado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concordou em retirar duas emendas que havia apresentado, aceitando os argumentos do relator e do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, que presidiu a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do novo código.

Valter Pereira aponta qualidades do novo código

O mais importante na reforma do Código de Processo Civil (CPC) é o instrumento que permitirá a um juiz decidir, numa única sentença, várias demandas em curso na Justiça brasileira, resumiu o senador Valter Pereira (PMDB-MS).

– Essa é talvez a mais relevante de todas as mudanças, o chamado incidente para a re-

solução de causas repetitivas. É uma solução que vem do Direito alemão, uma experiência bem sucedida lá, que certamente vai produzir extraordinários resultados na redução das demandas, no andamento, na rapidez dos processos – explicou o senador.

Entre as inúmeras mudanças anunciadas por Valter Pereira,

está também a relacionada ao limite do número de testemunhas chamadas a um processo. Ele afirmou que tanto o autor do processo quanto o réu terão direito a apenas cinco testemunhas cada um. Atualmente, o CPC admite até dez testemunhas, o que tem sido utilizado para protelar o andamento dos julgamentos.

Mudança na Lei Kandir adia repasse para 2020

Com 42 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção, o Senado aprovou e enviou à sanção ontem projeto que adia para 1º de janeiro de 2020 o início do repasse à indústria, por parte dos estados, de créditos de ICMS relativos à compra de mercadorias para uso e consumo, como papel e combustível, entre outros.

Durante a discussão da proposta, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que votou contra a instituição da Lei Kandir em 1996. Ele afirmou que essa lei retirou uma importante fonte de recursos dos estados, tanto que o Rio Grande do Sul perde R\$ 1,8 bilhão e recebe apenas cerca de R\$ 50 milhões da União.

Normas para desmanche vão à sanção presidencial

Proposta que disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres foi aprovada ontem e enviada à sanção presidencial. Apresentado em 2005, pelo então senador Romeu Tuma, falecido este ano, o PLS 372/05 define quem poderá exercer a atividade de desmontagem de veículos. A autorização para o funcionamento de empresa de desmonte somente será concedida à empresa que se dedique, exclusivamente, às atividades disciplinadas pela lei. Emenda aprovada visa à constante atualização do cadastro das polícias civis quanto a eventuais mudanças nas empresas de desmanche.

Capitalização da Petrobras passa no Plenário

A medida provisória (MP 500/10) que autorizou União, entidades da administração pública federal e fundos dos quais o Tesouro seja o único acionista a adquirirem, permutarem e cederem ações e direitos econômicos entre si foi aprovada ontem pelo Plenário como projeto de lei de conversão (PLV 14/10). A medida viabilizou o processo de capitalização da Petrobras, concluído em outubro. Foram captados mais de R\$ 120 bilhões por meio de ações na bolsa de valores. O governo entrou com R\$ 74,8 bilhões e sua participação no capital da empresa passou de 39,8% para 48,32%. Já a participação do governo no capital da Petrobras com direito a voto passou de 57,5% para 64,25%.

BNB é acusado de cobrar dívidas rurais canceladas por lei

Em audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba, Jair Pereira Guimarães, acusou o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) de intimidar mutuários a pagar dívidas que já deveriam ter sido canceladas ou renegociadas com abatimento.

– O Congresso fez o sacrifício de aprovar a lei [Lei 12.249/10]

e o presidente Lula sancionou, mas o banco não cumpre. O problema é em todo o Nordeste, não só na Paraíba – criticou Jair Guimarães.

Os benefícios valem para operações contratadas até 2001. De acordo com Jair Guimarães, o BNB nem divulga para os agricultores endividados que a lei os favorece nem retirou da lista de devedores aqueles que batem às portas das agências e cobram os



Debatadores Jair Guimarães (E) e Francisco Cavalcanti e senador Delcídio Amaral

benefícios previstos.

O representante do BNB, Francisco Carlos Cavalcanti, negou as denúncias. Segundo ele, as ações

de cobrança vêm sendo de fato intensificadas por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Senado aprova e envia à Câmara projeto de Gerson Camata que proíbe a apresentação de manequins com índice de massa corporal muito baixo



Gerson Camata (2º à esq.), autor do projeto, entre ACM Júnior (E), Acir Gurgacz e Renato Casagrande: manequins muito magras correm riscos por causa das dietas rigorosas a que se submetem

Magreza extrema de modelos pode ser proibida

A MAGREZA EXAGERADA pode ser banida das passarelas e estúdios fotográficos brasileiros. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou proposta que proíbe modelos com índice de massa corporal (IMC) inferior a 18 de se exibirem no Brasil, seja ao vivo, em vídeo ou mesmo por meio de fotografias. A proposta segue para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, e, se apro-

vada, seguirá para votação na Câmara dos Deputados.

Se o PLS 691/07 virar lei, as empresas de eventos comerciais ou promocionais, os concursos, desfiles e as produtoras de peças publicitárias que desrespeitarem o índice mínimo de massa corporal estarão sujeitos a multas de R\$ 1 mil a R\$ 5 milhões, valor que poderá ser aplicado em dobro em caso de reincidência. A punição é extensiva aos promotores de eventos e seus pa-

trocinadores, às agências e aos recrutadores, além das empresas de comunicação.

Segundo o autor, senador Gerson Camata (PMDB-ES), seu projeto foi inspirado na morte da modelo Ana Carolina Macan, de 21 anos, decorrente de anorexia, um distúrbio alimentar resultante da preocupação exagerada com o peso corporal. Ele explicou que a cada dia "tornam-se mais rígidos os requisitos para a seleção de modelos para eventos

de moda, principalmente onde o peso se tornou obsessão".

Grupo de risco

Ele lembra, em sua justificativa, que o IMC (calculado pela divisão do peso em quilogramas pela altura ao quadrado em metros) abaixo de 18,5 é preocupante. Camata acrescentou que as modelos são um grupo de risco nutricional pela necessidade que têm de ostentar padrões de beleza e de aprovação social.

Para o relator, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), "muitas jovens, no afã de entrar para a carreira de artista, modelo ou manequim, sujeitam-se a regimes de alimentação prejudiciais à saúde, passando a sofrer de distúrbios alimentares como a bulímia e a anorexia nervosa, os que mais matam no mundo".

O projeto tramitava em conjunto com o PLS 15/07, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que foi rejeitado.



Goellner e Neuto De Conto (D) na Comissão de Desenvolvimento Regional

Audiência vai discutir problemas na implantação da Sudene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai realizar audiência pública para discutir a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), considerada "lenta e insatisfatória" pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O debate, proposto por Neuto De Conto (PMDB-SC), também vai discutir aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

O senador apresentou parecer ao relatório do TCU sobre fiscalização na Sudene e no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), encaminhado à CDR pela Secretaria de Controle Externo de Pernambuco (Secex-PE). A auditoria teve o objetivo de verificar a atuação da Sudene e do BNB na gestão de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Entre as constatações do tribunal, Neuto De Conto destacou a falta de elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e de minuta de projeto de lei para instituição do referido plano, que deve ser

submetida ao Congresso.

A inexistência do plano, avaliou o relator, impede a fixação de referencial de prioridades a serem atendidas pelo FNE e pelo FDNE na aplicação de recursos. Ainda segundo o TCU, a "inanição" da Sudene também gerou ausência de avaliação dos programas e ações do governo federal na sua área de atuação.

– Em síntese, a Sudene tem se omitido do papel de liderança no Nordeste no enfrentamento das desigualdades interregionais – disse.

A CDR aprovou ainda o Relatório de Resultados e Impactos – 2009, relativo às atividades desenvolvidas pelo FNE, também relatado por Neuto De Conto. O texto segue para a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Na mesma reunião, a CDR também aprovou a realização de audiência pública para discutir a qualidade e os preços dos serviços de telecomunicações. A iniciativa foi de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e outros senadores.

TV e rádio públicas alertarão sobre drogas

A CCT aprovou, também ontem, duas propostas do senador Magno Malta (PR-ES) que obrigam emissoras públicas de comunicação a veicular mensagens que advertem sobre os malefícios do uso de drogas.

O PLS 182/10 propõe que rádios e TVs públicas reservem cinco minutos diários para mensagens contra drogas. O segundo (PLS 183/10) determina que, nos intervalos da programação, sejam exibidos no mínimo 15 segundos de conteúdo informativo e pedagógico sobre os males causados pelas drogas.

Ambos seguem para votação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O primeiro projeto, que acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determina que as emissoras usem material especialmente produzido em inserções distribuídas uniformemente ao longo da programação.

Magno Malta argumenta que o objetivo da proposta é "dissuadir potenciais consumidores, desencorajando-os da experimentação e do uso, e convencer usuários sobre os benefícios de

buscar tratamento orientado para a abstinência".

Já o PLS 183/10 originalmente determinava que as emissoras reservassem cinco minutos diários para divulgar campanhas antidrogas nos programas e nas transmissões de artes marciais. Emenda do relator Marcelo Crivella (PRB-RJ) argumenta que seria inviável e arbitrário limitar a obrigatoriedade aos programas de artes marciais (até porque muitas dessas emissoras oficiais nem sequer têm programas esportivos), por isso retirou do texto a determinação.

Rádios comunitárias poderão ser impedidas de usar a sigla FM

As emissoras de serviço de radiodifusão comunitária podem ser proibidas de usar a sigla FM (frequência modulada). É o que prevê proposta aprovada ontem, em decisão terminativa, pela CCT e enviada à análise da Câmara.

O projeto (PLS 500/09) prevê que as emissoras que adotam a sigla FM adaptem-se às regras até a renovação de sua autorização. O autor, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), explica que FM embute ideia de exploração

comercial do canal, o que vem prejudicando as emissoras comerciais, que pagam pelo uso da frequência modulada.

Esse não foi o entendimento do relator, Renato Casagrande (PSB-ES), que havia apresentado parecer pela rejeição da proposta. Para ele, as empresas sabem a diferença entre rádios FM e rádios comunitárias.

A explicação do relator não convenceu a maioria dos membros da CCT, que votaram pela aprovação da proposta.



Flexa Ribeiro (E) e Roberto Cavalcanti na reunião da CCT que aprovou o projeto

Senado deve se filiar a entidade de TVs legislativas

Proposta que autoriza a filiação do Senado à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) foi aprovada ontem pela CCT e segue para apreciação da Mesa da Casa.

Pelo projeto de resolução (67/10) do presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a cada legislatura o presidente do Senado designará um parlamentar para integrar, como membro, o Conselho Superior da Astral. Também indicará um servidor efetivo da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) para representar a instituição perante a assembleia geral da associação.

No projeto, Flexa Ribeiro explica que a Astral foi criada em 2003 para levar transparência a todos os legislativos do país, bem como promover o intercâmbio técnico entre as entidades, por isso a participação do Senado é importante.

Instituto poderá formar profissional de educação

Proposta que inclui a formação dos profissionais da educação em nível médio e superior entre os objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e segue para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

A autora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), explica que o projeto atinge principalmente merendeiras, vigilantes, porteiros, auxiliares de secretaria e de biblioteca, inspetores de alunos e encarregados da limpeza e de conservação das escolas que, muitas vezes, não têm qualquer formação técnica nem pedagógica para os cargos que ocupam.

O objetivo, acrescenta, é dar a estes institutos não só a missão específica de formar em serviço, mas também a de assegurar formação de caráter permanente aos futuros funcionários de escolas como profissionais da educação de alta qualidade.

O relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), lembrou que muitos institutos já oferecem cursos técnicos a distância para funcionários de escolas, por meio do Profucionário. Nada mais justo, portanto, que incorporar na legislação o que já está sendo feito na prática, afirmou o senador.

Mesquita Júnior defende fundo trabalhista

Previsto na emenda constitucional da reforma do Judiciário, o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget) poderá ser regulamentado. É o que propõe texto do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apresentado com base em projeto da então senadora Ana Júlia Carepa, lido ontem na CAS.

A proposta (PLS 246/05) havia sido rejeitada em duas outras comissões, mas por considerar o assunto de grande importância para os trabalhadores, Mesquita Júnior, relator, decidiu apresentar um substitutivo.

O senador acredita que o projeto dará condições para que os trabalhadores possam postular e receber créditos julgados na Justiça do Trabalho.

De acordo com o texto, constituem recursos do Funget multas impostas pela magistratura do trabalho e pela fiscalização do trabalho; depósitos recursais; valores adiantados pelo Funget e recuperados pelo juiz do Trabalho; e fontes a serem definidas por lei. O Funget, regido por normas a serem estabelecidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, será operado pela Caixa Econômica Federal.

Durante os dois primeiros anos, os recursos serão utilizados exclusivamente para garantir as execuções trabalhistas. Depois, poderão ter outras destinações, segundo definição em lei.

Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem oito projetos em decisões terminativas. Um deles garante pensão por morte para dependente de segurado que tenha efetuado pelo menos 180 meses de contribuição ao INSS

Projeto estende Bolsa Família a pobres com câncer, Aids ou doença crônica

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem oito projetos em turno suplementar e em decisão terminativa, o que significa que poderão seguir para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para levá-los ao Plenário.

Uma das matérias aprovadas, um substitutivo ao PLS 407/09 da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) estabelece que o benefício mensal do Bolsa Família (R\$ 60) será pago às famílias pobres que tenham portadores de câncer, Aids ou qualquer outra doença crônica, sem que sejam aplicados no caso os limitadores previstos na Lei 10.836/04.

Outro substitutivo aprovado pela CAS permite aos trabalhadores faltar ao serviço um dia por ano, sem prejuízo da remuneração, para tratar de assunto de seu interesse. Possibilita também uma falta a cada doze meses para participar de atividade escolar de seus dependentes matriculados no ensino fundamental ou médio.

O projeto original (PLS 23/03) é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Dependentes de trabalhador contribuinte da Seguridade Social que tenha efetuado 180 contribuições mensais (15 anos) poderão passar a fazer jus à pensão por morte, no valor de um salário mínimo, mesmo se o segurado tiver interrompido os pagamentos por longos períodos, prevê substitutivo a outro projeto (PLS 526/07) de Paim.

Segurado especial

Um quarto projeto que deverá seguir para a Câmara tem por objetivo garantir a produtores rurais e pescadores artesanais a condição de segurado especial da Previdência Social.

Do senador Neuto De Conto (PMDB-SC), o PLS 580/07, que também sofreu emendas, contempla ainda quem exercer atividade remunerada como membro da administração ou do conselho fiscal de cooperativa rural ou de pescadores artesanais, desde que o exercí-

cio dessa atividade não exceda quatro anos.

Projeto pelo qual o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá passar a cobrir o teste do pezinho expandido também passou pela CAS. O teste diagnóstica anormalidades no metabolismo do recém-nascido, mas atualmente a rede pública realiza o teste com um número menor de exames do que a particular. A determinação está prevista em substitutivo ao PLS 312/05, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Agentes de saúde

O objetivo do PLS 48/07, aprovado ontem, é fortalecer a atuação de agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, aperfeiçoando as relações de trabalho com os gestores do SUS. O texto original, do senador Leomar Quintanilha, (PMDB-TO) também foi modificado na CAS.

Projeto que fixa limites para anuidades cobradas por conse-

lhos regionais de Odontologia igualmente foi aprovado pela CAS. A proposta, do senador Flávio Arns (PSDB-PR), limita os valores a R\$ 500 para pessoas físicas e R\$ 1,5 mil para empresas.

A redução do prazo para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço está estabelecida em mais um projeto aprovado pela CAS que poderá seguir para a Câmara. De acordo com a proposta (PLS 153/06), o trabalhador que passar um ano fora do regime do FGTS poderá ter o direito de sacar o saldo da conta vinculada do fundo já no primeiro dia útil após o fim desse prazo.

Atualmente, a Lei 8.036/90, que regula o FGTS, exige que o trabalhador passe três anos fora do regime do fundo e espere a data de seu aniversário para poder sacar o saldo de sua conta vinculada. O texto aprovado é um substitutivo a projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).



Senadores Flávio Arns (E), Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho e João Durval: decisões da CAS remetem projetos para a Câmara, salvo em caso de recursos

Coleta de lixo pode dar direito a adicional de insalubridade

A atividade dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo poderá ser considerada insalubre e penosa, conforme estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria de Paulo Paim (PT-RS), a proposta recebeu emendas do relator, José Nery (PSOL-PA), e segue agora para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Paim argumenta que a categoria submete-se a uma jornada de trabalho não só penosa, como também insalubre, em função das condições em que é exercida. Ele lembra que esses profissionais têm contato com lixo e detritos, muitas vezes em estado de decomposição, o que pode provocar moléstias graves.

Ao concordar com essas ponderações, José Nery afirmou em seu relatório haver estudos que demonstram a existência de algumas patologias que afetam essa cate-

goria, como decorrência tanto dos riscos laborais, quanto das condições psicossociais envolvidas na execução desse tipo de trabalho.

A iniciativa, que modifica a Consolidação da leis do Trabalho (CLT), prevê que a base de cálculo do adicional de insalubridade para esses empregados deverá seguir as normas já fixadas na legislação, ou seja, respectivamente 10%, 20% e 40% do salário mínimo, conforme se classificarem nos graus mínimo, médio e máximo. Já a concessão do adicional de atividade penosa dependerá de regulamento próprio a ser editado.

A proposta original também previa a concessão do direito à aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição aos empregados que exercem essas atividades profissionais. O relator recomendou a supressão do dispositivo com base em norma constitucional que veda a adoção de critérios diferenciados para a concessão desse benefício.

Balanço da CAS destaca projetos aprovados e debates sobre saúde

Na última reunião da CAS deste ano, o vice-presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou relatório do biênio 2009/2010. A comissão é presidida por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), ausente porque ontem estava sendo diplomada governadora, em Natal.

A CAS, nesse período, votou 267 projetos, aprovou 168 requerimentos, realizou 49 audiências públicas e dois seminários. A comissão regulamentou ainda 12 profissões, entre as quais as de diarista, repentista, mototaxista/taxista, profissional da estética, enólogo, turismólogo, historiador, tradutor de libras e artesão.

Um ciclo de debates sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) também foi

destaque, avaliando temas como mortalidade materna, saúde materno-infantil, saúde do idoso, saúde mental, câncer infantil, comercialização de órteses e próteses e política para atendimento de vítimas de queimaduras.

Dos projetos aprovados pela CAS no biênio, receberam destaque, entre outros, os que tratam de assuntos relacionados à saúde, como a criação dos comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna e a impressão do calendário de vacinas infantis nas embalagens de leite.



Paim leu relatório do biênio, na ausência de Rosalba Ciarlini, diplomada governadora

Indicação do sucessor de Henrique Meirelles no comando do Banco Central foi fruto de um acordo entre o presidente Lula e Dilma Rousseff, que escolheu o economista e atual diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro

Plenário aprova por 37 a 7 nome de Alexandre Tombini para presidir BC

O PLENÁRIO APROVOU ontem, por 37 votos a sete, a mensagem presidencial com a indicação do economista Alexandre Tombini para a presidência do Banco Central. Tombini, atual diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do banco, ocupará o cargo que é de Henrique Meirelles desde 2003.

A mensagem com a indicação de Alexandre Tombini para a presidência do Banco Central é fruto de acordo entre o presidente Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff. O texto foi relatado na CAE pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na votação, os senadores destacaram as qualidades técnicas de Tombini, funcionário de carreira do BC há mais de 15

anos. O senador Gerson Camata (PMDB-ES), por exemplo, observou que Tombini "foi claro, preciso" e "não se omitiu em nada" durante a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no último dia 7.

– Certamente ele foi preparado por Meirelles para ficar em seu lugar – disse.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), por sua vez, frisou que Tombini participou da montagem do atual regime de metas para inflação. O parlamentar também disse que o indicado é dotado de uma "formação acadêmica invejável", tendo PhD em economia pela Universidade de Illinois (EUA).

Na CAE, Tombini afirmou que não hesitará em lançar mão



Sarney conversa com Romero Jucá e Ideli Salvatti durante a votação de ontem

de medidas prudenciais para manter a inflação sob controle, a estabilidade da economia e o poder de compra da moeda, além de prevenir a formação de bolhas de crédito.

Empregados nos conselhos das estatais

O projeto de lei da Câmara (PLC 61/10) que garante aos empregados de estatais participação em seus conselhos de administração foi aprovado ontem pelo Plenário e vai a sanção.

O projeto abrange empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

A relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Ideli Salvatti (PT-SC), afirma que a Lei das Sociedades por Ações (Lei 10.303/01) criou a possibilidade dessa participação.

– A proposta é necessária e vem em boa hora – assinalou Ideli, que a considera "equilibrada e satisfatória".

Para a senadora, a regulamentação da medida também está de acordo com o artigo 11 da Constituição.



Delaide Arantes e Demóstenes Torres (D) na CCJ

CCJ endossa Delaíde Arantes para o TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a indicação da advogada Delaíde Alves Miranda Arantes para o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga aberta com a aposentadoria do ministro José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes.

A pedido do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), a CCJ aprovou requerimento para votação dessa indicação em regime de urgência pelo Plenário. Sua origem humilde e as dificuldades para se formar advogada foram características ressaltadas pelos senadores. Delaíde Arantes atua como advogada trabalhista em Goiânia há 30 anos.

Tribunal Superior do Trabalho se fortalece

O mesmo tratamento dado pela Constituição ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) deverá ser aplicado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). É o que estabelece proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Valter Pereira (PMDB-MS) aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. O relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), apresentou voto favorável à matéria.

A proposta (PEC 32/10) estende os requisitos de notável saber jurídico e reputação ilibada, já exigidos para o STJ, entre as condições de nomeação para o cargo de ministro do TST. A iniciativa de Valter Pereira também pretende deixar expressa na Constituição a competência do TST para impor aos órgãos a ele subordinados a autoridade de suas decisões.

Valter Pereira argumenta que, à semelhança do STJ, o TST também desempenha papel de uniformizador e último intérprete da legislação infraconstitucional em sua área de atuação. A matéria vai ao Plenário.

Fixadas novas normas sobre cooperativas

A revisão das normas sobre cooperativismo foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Substitutivo do senador Renato Casagrande (PSB-ES) consolidou medidas de dois projetos (PLSs 3/07 e 153/07), dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria será votada, em seguida, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Proposta mais antiga, o PLS 3/07 formou a base do substitutivo. O relator valorizou o fato de o projeto incorporar sugestões da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Uma delas é a criação da Política Nacional de Cooperativismo, que dá ao poder público a atribuição de prestar assistência técnica e fornecer incentivos financeiros e creditícios especiais para a criação, o desenvolvimento e a integração das cooperativas.

Segundo Casagrande, muitas divergências pontuaram os dois projetos, mas é importante atualizar a Lei 5.764/71, que regula o cooperativismo, "superada pela Constituição de 1988" no que diz respeito à tutela do Estado sobre o sistema.

O Senado aprovou ontem o projeto (PLC 14/08) do deputado Alex Canziani (PTB-PR) que atribui ao Campus Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná o nome José Hosken de Novaes, professor universitário e ex-governador daquele estado. A matéria seguiu para sanção presidencial. Mineiro de Carangola, José Hosken de Novaes mudou para Londrina após formar-se em Direito e lá construiu sua carreira de advogado e professor.

Projeto de decreto (PDS 575/07) que outorga permissão à Rádio FM Clareira na Mata para explorar serviço de radiodifusão na cidade de Caçapava do Sul (RS) foi aprovado ontem pelo Plenário.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a matéria recebeu parecer favorável do relator, o então senador Aelton Freitas (PL-MG), por atender aos princípios de constitucionalidade e juridicidade.

Comissão de Constituição examinou 2.011 matérias no biênio

O balanço dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no biênio 2009/2010 revelou a votação de 2.011 matérias no período. A análise foi feita pelo presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que assinalou a importância, entre outros, do

PLC 58/10, que se transformou na Lei da Ficha Limpa; do PLS 213/03, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial; do PLS 267/09, que amplia os direitos civis dos companheiros na união estável; do PLC 20/10, que trata da alienação parental (tentativa de um dos pais de colocar os

filhos contra o outro); e da PEC 28/09, que permite o fim do casamento pelo divórcio direto.

– A média era de apreciação de 300 proposições a cada biênio, enquanto fechamos este com mais de 2 mil – comentou o senador.

Em resposta a apelo de Eduar-

do Suplicy (PT-SP) pela votação da reforma administrativa do Senado, Demóstenes disse que o relatório final só foi enviado à CCJ na semana passada.

– O próximo presidente da CCJ vai ter de se debruçar sobre o assunto e eu até me disponho a ser o relator – afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Alfredo Cotait • Jefferson Praia • Heráclito Fortes • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Aprovado acordo do bloco com a África Austral

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação simbólica, projeto de decreto legislativo (PDS 628/10) que aprova o texto do acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral. De autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o texto recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e vai agora à promulgação.

Segundo informações do Ministério das Relações Exteriores, o objetivo é facilitar o acesso aos mercados dos dois grupos, o que incrementará o fluxo de mercadorias e as oportunidades de investimento, inserindo-se "num contexto mais amplo de aproximação do país com o continente africano e, em particular, com a África do Sul".

O acordo prevê o estabelecimento de margens de preferências tarifárias como um primeiro passo para a criação de área de livre comércio.

Cúpula celebra mudança e critica desigualdades

A abertura da 10ª Cúpula Social do Mercosul, na terça-feira à noite, em Foz do Iguaçu (PR), foi marcada por elogios à guinada à esquerda dos governos da região e pela denúncia dos fortes contrastes sociais que permanecem entre as nações do bloco e de toda a América Latina.

Mais de 700 integrantes de movimentos sociais de vários países estão na cidade, em um evento para o qual foram convidados todos os integrantes do Parlasul e onde, a partir de hoje, se realiza a Cúpula de Presidentes do Mercosul e Estados Associados.

A construção de políticas públicas comuns, nas áreas econômica e social, deve ser uma prioridade no desenvolvimento regional, segundo cientistas sociais que participaram ontem do debate sobre as perspectivas da integração sul-americana. O debate faz parte da 10ª Cúpula Social do Mercosul, que ocorre na véspera da reunião dos presidentes dos países do bloco.

Durante reunião da CRE que aprovou acordo de criação de escolas técnicas binacionais na fronteira do Brasil com o Uruguai, parlamentares defendem a ampliação das atividades do bloco para outras áreas, como cultura e educação

Para senadores, Mercosul deve ser mais do que uma união aduaneira

A CRIAÇÃO DE escolas técnicas binacionais na fronteira do Brasil com o Uruguai, prevista em acordo aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi saudada pelos senadores como exemplo do que pode ser o Mercosul. Na presidência da reunião, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que a integração, que

não se concretiza plenamente em termos econômicos, deve abranger outras esferas, como a educação e a cultura, pelas quais se unem cidadãos dos países do bloco.

Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou o próprio nome Mercosul, que, segundo ele, restringe a integração à economia e à união aduaneira. Para o senador, o Mercosul precisa

evoluir, como aconteceu com a Europa, cuja integração, antes expressa no Mercado Comum Europeu, ampliou-se sob a denominação de União Europeia.

– O nome Mercosul precisa mudar, para expressar uma nova amplitude da integração entre os países.

Relator da mensagem presidencial sobre o acordo Brasil-

Uruguai, Pedro Simon (PMDB-RS) considerou a criação de escolas profissionais e o credenciamento de cursos técnicos binacionais na fronteira entre os dois países como primeiro passo para "aquilo que desejamos do Mercosul".

O Projeto de Decreto Legislativo 398/10, que aprova o acordo, ainda será examinado pelo Plenário do Senado Federal.

Senado acolhe texto de convenção sobre navios

Substâncias tóxicas usadas em cascos de navios para impedir a propagação de organismos que os danificam podem contaminar frutos do mar e prejudicar a saúde de quem consome esses produtos. Para evitar o problema, o Brasil aderiu a uma convenção da Organização Marítima Internacional cujo texto foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e pelo Plenário. A matéria, já aprovada na Câmara, segue para promulgação.

A convenção reconhece a importância dos anti-incrustantes para prevenção do acúmulo de organismos, como cracas, na superfície de navios, mas reflete preocupação com o desenvolvimento de sistemas eficazes e ambientalmente seguros. Relator na CRE, Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que, com mais de 8 mil quilômetros de costa, nosso país tem imensa responsabilidade pela utilização ambientalmente sã de recursos marinhos.



Lindgren Alves, Geraldo Mesquita Júnior e Frederico Duque Estrada Meyer (D)

Texto do Acordo Internacional do Café vai à promulgação

O Senado aprovou o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, que visa à continuidade das tradicionais negociações e à mútua cooperação para a expansão do comércio internacional do café.

Segundo Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator da matéria (PDS 627/10) na Comissão de Relações Exteriores, o acordo contribuirá para a promoção do consumo e para a elevação

dos padrões de qualidade do produto.

O texto foi assinado pelo Brasil em 19 de maio de 2008, no âmbito da Organização Internacional do Café (OIC). A matéria vai à promulgação.

Azeredo observa que o café é a commodity agrícola de maior importância da pauta exportadora brasileira. Porém, ressalva, o preço internacional do café é ainda extremamente sensível.

Dois novos embaixadores aprovados na CRE

A proximidade geográfica com a Europa torna o Marrocos um ponto de apoio na exportação de empresas brasileiras para o continente europeu, afirmou o diplomata Frederico Salomão Duque Estrada Meyer em sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Sua indicação para embaixador brasileiro em Rabat foi aprovada pelo colegiado e encaminhada ao Plenário do Senado. O relatório favorável à indicação foi apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Depois de analisar a indicação de representante para um país com quase 150 anos de relações com o Brasil, os senadores passaram para um caso oposto: o nome do primeiro embaixador brasileiro na Bósnia-Herzegovina. José Augusto Lindgren Alves deve representar o Brasil em Sarajevo, a capital de uma das repúblicas dos Bálcãs resultantes da dissolução da Iugoslávia.

Brasil adere ao Banco de Desenvolvimento do Caribe

Em votação simbólica, foi aprovado pelo Plenário o projeto de decreto legislativo (PDS 267/10) que torna o Brasil membro do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). O país deverá subscrever ações do capital social do banco no total de US\$ 28 milhões. A matéria segue para promulgação.

Para se tornar membro pleno, como Colômbia, México e Venezuela, o país terá também de contribuir para um fundo social – destinado a atender

os países membros de menor desenvolvimento – com cerca de US\$ 5 milhões.

O BDC, que tem sede em Bridgetown (Barbados), tem a missão de ser a instituição financeira líder na região do Caribe. O objetivo é financiar projetos para redução da pobreza nos países da região, por meio do desenvolvimento econômico e social.

Ao participar da abertura da 1ª Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (Caricom), em 26 de abril

deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a decisão do Brasil de tornar-se membro pleno do banco. De acordo com Lula, a crise financeira internacional redobrou a determinação em consolidar a parceria entre o Brasil e os países do Caribe.

A adesão ao Banco de Desenvolvimento do Caribe já havia sido aprovada, na reunião de ontem, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de decreto legislativo (PDS 722/09) que aprova o texto de acordo entre Brasil e França na área de defesa, ampliando ainda mais a cooperação em pesquisa, desenvolvimento, apoio logístico, aquisição de produtos e serviços, além de treinamento e instrução militar. A matéria vai agora à promulgação. Será realizado intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares, com cursos teóricos e práticos, estágios, realização de seminários e debates sobre a área da defesa.

Votações simbólicas para 11 tratados internacionais

Os senadores aprovaram na sessão de ontem, em Plenário, em votações simbólicas, 11 projetos de decreto legislativo sobre acordos internacionais, entre eles o PDS 85/10, o PDS 86/10, o PDS 256/10, o PDS 326/10 e o PDS 328/10.

O PDS 85/10 aprova o texto do Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, assinado entre os governos de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, em Montevideu, em 8 de agosto de 2006.

O PDS 86/10 trata do Memorando

de Entendimento entre o Brasil e a Colômbia para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Relacionados, assinado em Bogotá, em 19 de julho de 2008.

O PDS 256/10 é resultado do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Brasil e a Itália, assinado em Roma, em 23 de outubro de 2008.

O PDS 326/10 outubra o texto do Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Moscou,

em 13 de agosto de 2008.

Já o PDS 328/10 aprova o texto do Acordo de Admissão de Títulos, Certificados e Diplomas para o Exercício da Docência no Ensino do Espanhol e do Português como Línguas Estrangeiras nos Estados-Parte, celebrado em Assunção, Paraguai, em 20 de junho de 2005, retificado pela Fé de Erratas de 28 de junho de 2007.

Confira outros decretos aprovados nas reportagens ao lado e a cobertura completa no site www.senado.gov.br

O Acordo entre o Brasil e o Uruguai para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, de 2005, foi aprovado ontem pelo Plenário. O PDS 398/10, que segue para promulgação, obriga autoridades educacionais dos dois países a levarem em conta, na definição dos cursos a serem ministrados, as características específicas de cada zona de fronteira, demandas do mercado de trabalho e necessidades educacionais da população.

Fotos de Waldemar Barreto/Senado Federal



Romero Lucá, entre Raimundo Colombo e ACM Júnior. Plenário realizou ontem uma maratona de votações, com a aprovação de grande número de projetos

ACM Júnior: Congresso precisa mudar

Ao se despedir do Senado, pelo término do mandato conquistado em 2003 por seu pai – de quem era suplente –, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) chamou a atenção para a necessidade de melhoria na atividade legislativa. Os processos de elaboração e execução do Orçamento e de edição de medidas provisórias, bem como a sistemática de funcionamento das CPIs precisam ser modernizados para se adequarem às exigências de maior transparência e democracia da sociedade, disse o senador.

Com a proximidade da posse da nova presidente eleita, Dilma Rousseff, e dos novos parlamentares, chegou o momento de pensar a responsabilidade da oposição diante da nova configuração política do país, afirmou Antonio Carlos Júnior.

O senador avaliou ainda que “o vetor das políticas adotadas nos últimos anos do governo Lula tem sido a dilapidação, lenta e sistemática, do capital arrematado pelo país” e que a oposição deve fazer críticas sistemáticas ao modelo.

Senado aprova consolidação das leis sobre cultura

Projeto que consolida a legislação da cultura foi aprovado ontem pelo Senado, após aprovação do requerimento de urgência apresentado por Augusto Botelho (sem partido-RR).

A proposta (PLS 188/09) reúne, de forma sistematizada, 20 textos legais, entre os quais as leis fundamentais do setor (como a do patrimônio cultural, a dos museus, a do livro, a do audiovisual e a do incentivo) e leis de criação de datas comemorativas na área da cultura. Augusto acredita que essa consolidação contribuirá para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas de cultura no Brasil. A matéria segue para a Câmara.

Muda destino de valor obtido em leilão de carro apreendido

Projeto aprovado ontem pelo Plenário dá preferência ao pagamento do leiloeiro e de despesas com a remoção e guarda dos veículos, vindo em seguida multas e tributos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara dos Deputados que dá nova ordem de prioridade no destino de recursos arrecadados em leilões de veículos e animais apreendidos em infrações de trânsito.

A proposta (PLC 320/05) assegura preferência ao pagamento da comissão do leiloeiro e das despesas com remoção e guarda dos veículos, vindo em seguida o pagamento de multas, tributos, encargos, taxas e despesas com notificações e editais. Caso haja saldo restante, será recolhido ao Banco do

Brasil e ficará à disposição do proprietário do veículo ou seu representante.

A proposta altera a Lei 6.575/78, sobre depósito e venda de veículos apreendidos em todo o país. Pelo substitutivo aprovado nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ), os veículos não reclamados pelos proprietários serão depositados em locais designados pelo órgão executivo de trânsito.

Caso os proprietários de veículos não atendam as notificações consecutivas por edital, correio, internet e jornais, o

veículo será levado a leilão. Se o veículo tiver sido objeto de roubo ou furto e o proprietário não for identificado, o carro será leiloado como sucata.

Pela legislação em vigor, se não forem reivindicados por seus proprietários em 90 dias, esses bens podem ser vendidos em leilão para quitar, em primeiro lugar, tributos e multas de trânsito, em segundo lugar, despesas com a apreensão, guarda e alienação. Havendo saldo, o dinheiro ficará à disposição do proprietário. O projeto aprovado vai à sanção do presidente da República.

Cotait sugere criação de novo ministério



Alfredo Cotait

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior deveria ser dividido em dois, sugeriu Alfredo Cotait (DEM-SP): um de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e outro de Comércio Exterior. O senador argumenta que a sociedade está mais complexa e que o comércio exterior não para de crescer.

– Hoje, comércio exterior trata não só de comercialização de bens, mas também de serviços e de propriedade intelectual – argumentou Cotait.

E o Brasil, em um mundo globalizado, produz produtos complexos com tecnologia própria, como aviões e biocombustível, e não mais apenas matéria-prima, assinalou o parlamentar.

Suplicy relata problema no Teatro Oficina



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta que enviou à secretária especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire, e para os diretores dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A carta narra correspondência recebida do diretor do Teatro Oficina, José Celso Martinez Correa.

Martinez Correa disse que o teatro está impossibilitado de funcionar e de estreiar sua peça *Dionísias*, pois todo o material foi sequestrado pela Justiça. O problema foi denúncia feita pelo ex-companheiro da diretora de vídeo Elaine Cesar, que conseguiu destituir dela a guarda do filho de três anos. A diretora está hospitalizada em unidade de terapia intensiva (UTI).

Gurgacz: países ricos mantêm emissão de carbono



Acir Gurgacz

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que os países ricos levam os países emergentes a se comprometerem com metas de redução de emissões de gases poluentes, prejudicando seu crescimento econômico. Enquanto isso, os ricos, em particular os Estados Unidos, continuam sendo os maiores poluentes e não assumem qualquer compromisso de reduzir suas emissões.

A declaração de Acir Gurgacz resume sua avaliação dos resultados da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima (COP-16), realizada em Cancún, no México, entre os dias 29 de novembro e 10 de dezembro.

Mozarildo registra inauguração de sede política



Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou a inauguração, em Boa Vista, da nova sede da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, que vinha funcionando de maneira precária e improvisada no prédio do Palácio da Cultura. A inauguração ocorreu no mesmo dia em que a assembleia completou 20 anos de existência. Mozarildo leu parte do discurso do presidente da assembleia, deputado Messias de Jesus.

– O prédio anterior, que era uma adaptação do Palácio da Cultura, foi totalmente reformado, ampliado e melhorado. Nele está funcionando toda a estrutura administrativa da Casa – informou.

Cavalcanti pede mais obras de infraestrutura

A Paraíba necessita de uma infraestrutura sólida e diversificada capaz de sustentar a exploração do potencial econômico da região, disse Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Para o senador, seu estado precisa de mais investimentos em desenvolvimento tecnológico, produção energética, estradas, aparelhamento de portos e aeroportos, saneamento e educação. Cavalcanti pediu a instalação de um polo petroquímico no estado, que explore o “potencial para a produção de fosfato e calcário da bacia sedimentar Pernambuco-Paraíba”.

Roberto Cavalcanti também homenageou o arquiteto Oscar Niemeyer, que completou ontem 103 anos. De acordo com o parlamentar, o arquiteto é um verdadeiro mito e herói nacional, ainda lúcido e bastante atuante.

Para Cavalcanti, Niemeyer “encantou o Brasil e o mundo com seus desenhos”, sendo o ícone maior da arquitetura nacional. Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o senador, assim como o homenageado. Na presidência, Mão Santa (PSC-PI) integrou-se à homenagem.

Cadastramento de doadores de medula óssea

Ao registrar que esta é a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, Paulo Paim (PT-RS) convidou os brasileiros saudáveis de 18 a 55 anos a se cadastrarem como doadores.

– Basta se dirigir ao hemocentro mais próximo, coletar 5 ml de sangue, preencher um cadastro com informações pessoais e você será mais um doador de medula óssea que pode ser chamado caso seja compa-

tível com alguém que precisa do transplante – disse.

O senador também prestou uma homenagem à presidente eleita, Dilma Rousseff, pelo seu aniversário de 63 anos, comemorado na terça-feira.